

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MÁRCIA FERNANDA SARAIVA DE MENESES

GESTÃO DEMOCRÁTICA/CONSELHO ESCOLAR
ENTRE O DITO E O FEITO

PICOS-PI

2014

Eu, **Márcia Fernanda Saraiva de Menezes**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 24 de Fevereiro de 2014.

Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M543g Menezes, Márcia Fernanda Saraiva de.
Gestão democrática: conselho escolar entre o dito e o
feito / Márcia Fernanda Saraiva de Menezes. – 2014.

CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (47 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Profa. MSc. Maria da Conceição Rodrigues
Martins

1.Gestão Democrática . 2.Conselho Escolar.
3.Autonomia. I. Título.

CDD 371.2

MÁRCIA FERNANDA SARAIVA DE MENESES

**GESTÃO DEMOCRÁTICA/CONSELHO ESCOLAR
ENTRE O DITO E O FEITO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito parcial para a obtenção do grau de Graduada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Me. Maria da Conceição Rodrigues Martins

PICOS-PI

2014

GESTÃO DEMOCRÁTICA/CONSELHO ESCOLAR
ENTRE O DITO E O FEITO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito parcial para a obtenção do grau de Graduada em Pedagogia.

Aprovada em://

BANCA EXAMINADORA



Profª Me. Maria da Conceição Rodrigues Martins

(Orientadora)



Profº Drº. Ana Carmita Bezerra de Sousa.

(Membro)



Profª Espec. Francisca Rejhane Moura do Vale.

(Membro)

AGRADECIMENTOS

Agradecer em primeiro lugar a Deus porque Sempre esteve ao meu lado, nas minhas quedas, nas minhas fraquezas, nas lutas e controvérsias, vitórias e derrotas. Sei que, principalmente agora, estais ao meu lado. Obrigada por este presente que agora me ofereces. Obrigada por tudo que vi, ouvi e aprendi. Obrigada pela graça. Obrigada pela Vida, pois Mais importante que o lugar que ocupas em mim, é a intensidade de tua presença em tudo que faço "Provai e vede como o Senhor é bom, feliz o homem que encontra nele o seu refúgio" Sl 33. Se o Senhor não tivesse sido o meu refúgio, o meu porto seguro nas horas de tempestades e ventos contrários, o barco da vida teria se perdido na imensidão do infinito, mas na certeza de que ele nunca me abandonou é que neste momento de vitória digo com o meu coração grato: Obrigada Senhor, bendito seja o teu nome agora e para sempre ao mesmo tempo em que renovo a minha confiança para pedir que continues a me guiar na caminhada profissional. Mais uma vez, obrigada Senhor!

A minha Mãe Maria Expedita, Primeira do que tudo quero dizer que te amo muito Você foi minhas pernas quando eu não podia andar meus olhos quando não podia enxergar minha boca quando não podia falar você tem sido um raio de esperança e motivo para muitas risadas quando eu só queria chorar, você tem sido a única pessoa para quem posso me refugiar, por isso te agradeço por este momento no qual me encho de alegria a ti e para ti dedico essa vitória(muiezinha minha mãe/pai) aos meus irmãos Marciel e Marcione pela admiração onde não poderia deixar de destacar Marcione que foi um paizão em todo esse processo te amo irmão obrigada por me amar, aos meus sobrinhos Marcelo, Maxwell, João Emanuel também é por vocês, a minha amada prima Marilane Lopes por todos os momentos, a dona Margarida pelo apoio por ter me recebido em sua casa pelo abrigo, e também não poderia deixar de citar a minha madrinha Duceu que me ajudou muito como não reconhecer que você madrinha foi uma benção nessa jornada, aos demais familiares que indiretamente torceram por mim.

Tudo no início parecia tão distante; estávamos na busca do desconhecido. No entanto, com o tempo, no decorrer desses anos, conhecemos uns aos outros, doamos todo nosso jeito, as melhores e as piores partes. Momentos bons e ruins sempre serão lembrados, com altos e baixos vencemos a luta do dia-a-dia. Com certeza fica um pedaço, um traço de cada um na lembrança de cada acontecimento, gesto e fala! Os caminhos começam a se dividir e o sabor da despedida muda de cor quando a certeza do encontro permanece em chama viva. E por tudo, a saudade há de ficar, quero frisar em especial a turma do fundão foram momentos difíceis e maravilhosos, contudo o que importa são vocês que para sempre estarão no meu coração Tamires Rufino, Alex Alves, (meus queridos) aos demais familiares amigos e colegas, agradeço a torcida que de alguma forma me ajudou a chegar até aqui. E não poderia deixar de fora os que também não acreditaram ou não queriam vê essa realização, foi por vocês também que enfrentei essa batalha. Realização concreta.

A Maria Expedita, minha mãe.

Marcione Saraiva de Meneses, meu irmão querido.

A Maria da Conceição Rodrigues Martins minha orientadora, por ter acreditado em mim como estudante e como pessoa; me motivado a penetrar cada vez mais fundo no mundo da pesquisa e me possibilitar a preparação necessária para seguir com dedicação, destreza, esforço e empenho. Por dedicar parte do seu tempo a me ensinar, sempre com muita competência e disciplina, ouvindo minhas lamúrias e me pondo sempre à prova.

Ao corpo docente e a Comunidade escolar Manoel Gonçalves Guimarães pelo acolhimento e disposição para me ajudar durante o período de coleta de dados.

A Karla Daiane, Socorro (corrinha) Janária, Lucas, Tayane, Débora as (Lameiras).

E não poderia deixar de citar aquele eu me auxiliou afetivamente muitos momentos dessa trajetória Luís Carlos Xavier.

Há para todas as coisas, um tempo determinado por Deus, tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu. Ec. 3:1

RESUMO

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar o conhecimento dos membros do Conselho escolar acerca de suas funções e relevância destas na constituição de uma gestão democrática na Unidade Escolar Manoel Gonçalves Guimarães no município de Paquetá do Piauí. Para uma melhor compreensão sobre essa temática Utilizamos como aporte teórico os seguintes autores: Luz (2000), Veiga (1995), Oliveira (2009), Gil (1999), Luck (2000) Severino (2007). As principais categorias presentes nessa pesquisa é Gestão democrática; o papel do conselho escolar e a construção da autonomia da escola, da comunidade que se beneficia desse importante equipamento público. A análise caracteriza-se como pesquisa de campo com abordagem qualitativa; sendo o questionário utilizado como técnica de pesquisa junto aos dois grupos, o primeiro foi direcionado aos conselheiros escolares com perguntas voltadas ao desempenho destes na gestão na qual fazem parte. O segundo continham perguntas direcionadas aos membros da comunidade com a intenção de averiguar o conhecimento destes em relação a função e a legalidade do conselho e suas contribuições para o desenvolvimento da escola e comunidade. Ao final da pesquisa pode-se constatar que existe um impasse entre a visão dos grupos entrevistados e a proposta de funcionabilidade do Conselho Escolar e da eficácia dos mecanismos que dão sustentação a uma Gestão democrática, sendo notória a inexistência de um conselho escolar eficaz, pelo desconhecimento de informações necessárias para um prática atuante e cidadã, que possibilite o alcance de uma real autonomia no exercício democrático da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVES: Gestão Democrática. Conselho Escolar. Autonomia.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the effectiveness of the contribution of the directors of the constitution of a democratic management in the School Unit Manoel Gonçalves Guimarães in the municipality of Paquetá Piauí . To analyze both happened on two occasions in the first stage the interview was directed to counselors with questions about the performance of the same management in which they are part.

In the second phase the questions direcionavam the community with the intention of ascertaining the knowledge of ourselves in relation to the board . The research was characterized as semipadronizada interview as instruments of data collection being that all the questions had been initiated by an open question and terminated by a question confrontational that can occur in various ways involving literature review and interviews with people who are part of the process .

At the end we determined that there is an impasse in the groups interviewed , being a notorious lack of an effective school council , the lack of information needed for an active practitioner .

Key Words: Democratic Management. School Board. PPP. Autonomy.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Dados dos Conselheiros (Sexo, estado civil, Profissão e Formação escolar).....	28
Tabela 2 –Perguntas e respostas aos Conselheiros.....	29
Tabela 3 – Dados da Comunidade (Sexo, estado civil, Profissão e Formação escolar).....	30
Tabela 4 – Perguntas e Resposta a Comunidade.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	14
2.1 Bases legais da Gestão Democrática e Conselhos Escolares.....	15
2.2. Projeto Politico Pedagógico (PPP).....	16
2.3 Gestão Escolar e sua Autonomia.....	18
2.4 Os Princípios Orientadores da Gestão Democrática.....	20
2.5 Eleições de Diretores.....	22
3.CONSELHO ESCOLAR.....	22
AMPARATO NECESSÁRIO PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA	24
3.1 Funções do Conselho Escolar.....	
3.2 Formação do Conselho Escolar.....	24
3.3 Escolha dos Membros do Conselho Escolar.....	25
3.4 Funcionamento do Conselho Ecolar.....	26
3.5 Reuniões Passo Indispensável.....	26
3.6 A importância do Conselho Escolar.....	27
4. ANÁLISE DE DADOS:A VOZ DOS CONSELHEIROS/COMUNIDADE.....	28
4.1 Metodologia	29
4.2 Conselheiros.....	29
4.3 Comunidade	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a Gestão Escolar Democrática, ressaltando o papel do Conselho Escolar dentro de uma perspectiva gestão democrática, e se constitui como um órgão da escola que tem funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras.

Deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar. Consultiva no sentido de emissão de pareceres para diminuir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. E fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

O campo de pesquisa eleito para esta pesquisa foi a na Unidade Escolar Manoel Gonçalves Guimarães município de Paquetá do Piauí. Buscando analisar a contribuição do conselho escolar desta instituição para a eficácia de uma gestão democrática, bem como a contribuição dos conselheiros para a construção de uma autonomia na Unidade Escolar Manoel Gonçalves Guimarães.

Deste modo, o trabalho intenciona contribuir para ampliação da discussão, da reflexão e da ação dos dirigentes escolares, equipe pedagógica e comunidade escolar sobre o processo de formação de funcionamento e a devida importância que esse órgão tem dentro de uma escola.

O conselho representa a comunidade escolar, atuando, em conjunto e definindo caminhos para deliberações sobre os assuntos de responsabilidade do conselho, possibilitando a participação social e promovendo a cultura da gestão democrática.

O trabalho escolar é um processo coletivo com a participação, conjunta e integrada de todos que fazem parte da comunidade escolar, o envolvimento de todos os que fazem parte, do processo educacional é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa, pois é mediante a essa prática que as pessoas envolvidas no processo terão a oportunidade, de controlar o próprio trabalho e o seus resultados construindo a autonomia conjunta e superando o exercício individual (LUCK,2000).

A participação caracteriza-se por uma força de atuação consciente das pessoas que fazem parte do trabalho escolar, no entanto a falta de consciência e compromisso decorre em resultados negativos para a organização e pessoas que constituem o ambiente escolar. As faltas, omissões, descuidos são exemplos que exercem esse poder negativo.

Conforme Marques (1987, p.69) apud, LUCK (2000) a participação de todos nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas faces de atividades é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização.

No entanto registram-se várias formas de participação com significados variados: como de uma simples presença física em um contexto, até os que assumem a responsabilidade por eventos, ações e situações.

Todos devem trabalhar em busca do mesmo resultado, pois a mudança de consciência implica o reconhecimento desse fator pelos participantes do processo escolar, da compreensão e do seu papel em relação ao todo. Como lembra Peter SENGE (1993, p.29) apud LUCK (2000) quando os membros de uma organização concentram-se apenas em sua função, eles não se sentem responsáveis pelos resultados.

A ação participativo-coletiva depende de que sua prática seja realizada com equidade e compromisso e orienta pela promoção solidaria da participação por todos da comunidade escolar. Pois é a partir da equidade que as pessoas e grupos em situações no processo de desenvolvimento, e com o compromisso de se focar nos objetivos e estratégias de desenvolvimento.

A ação participativa da comunidade escolar gera autonomia em associação a descentralização do poder central, a autonomia é um processo coletivo e participativo que se constrói no dia-a-dia com um entendimento compartilhado de responsabilidade.

Segundo LUCK (2000, p.19):

A autonomia da escola em associação a descentralização, é um dos conceitos mais mencionados nos programas de gestão promovidos pelos sistemas estaduais de ensino e do ministério da educação sendo que neles está presente como condição para realizar o princípio constitucional de democracia da gestão escolar.

A descentralização é um processo que exige planejamento consciente, que vai sendo construindo como um conjunto de peças em que uma precisa da outra, é um processo completo e não homogêneo, a descentralização refere-se a transferência de competências para outros casos de gestão do poder de decisão..

Conforme analisado por PARO (1996, p.130) apud, LUCK (2000)

A aspiração de que com a introdução da eleição, as relações na escola se dariam de forma harmoniosa e de que a prática científica desapareciam mostrou-se ingênua e irrealista, posto que a eleição de diretores como todo instrumento de democracia não garante o desaparecimento de conflitos. Constitui apenas uma forma de permitir que

eles venham a tonar e estejam ao alcance da ação de pessoas e grupos para resolvê-los.

Trata-se de como eleger para um cargo o mais eficiente profissional e de como vencer os interesses individuais e de grupos isolados, em procurar do bem social e da qualidade da educação mantendo o pensamento coletivo.

CAPITULO 2

GESTÃO DEMOCRÁTICA

O presente capítulo busca apresentar as principais características da Gestão democrática, destacando as bases legais, os princípios orientadores e instrumentos pedagógicos que lhe dão sustentação.

Esta exige ações que envolva toda comunidade escolar, pais e alunos, professores, funcionários tornando uma unidade local. Com ela há ampliação da visão e do agir do grupo, em tudo que é desenvolvido na escola em todos os âmbitos envolvendo toda essa unidade nos desafios e nas conquistas, nas ações de melhoria para a instituição, e todos que fazem parte desse processo têm o mesmo desafio, para que possa chegar construir uma boa gestão.

A gestão é o ponto de partida das decisões dos trabalhos, é quem realmente conhece a escola a fundo com suas deficiências e progresso, é a partir dela com a interação com a comunidade e com um planejamento pedagógico de acordo com as diretrizes e políticas educacionais que uma escola venha se tornar mais autônoma e transparente na sua gestão.

Na visão de LUZ (2000:70)

Tal principio traz implícita a ideia de que pais, alunos, professores e comunidade têm a ver, substancialmente, com o que ocorre na escola e por isso devem atuar mais diretamente na condução do processo de gestão. Desse modo a gestão democrática da escola tem uma abrangência, uma pluralidade de fenômenos estreitamente vinculados ao processo de democratização da sociedade, pondo em relevo o caráter privado que consubstanciou a gestão educacional.

Em (Novos paradigmas de gestão escolar, 2005:45)

A gestão democrática da escola cidadã requer, ao mesmo tempo, por parte do dirigente, o domínio dos fundamentos pedagógicos da educação e dos processos de gestão, a sensibilidade política para perceber a realidade do contexto, a capacidade de negociação, liderança e visão futura. O dirigente escolar trabalha com atores sociais concretos, com forças e fraquezas, possibilidades e limites, emoção e razão. A escola não constitui uma ilha, mas se situa num ambiente social concreto e incorpora a multiculturalidade da nova sociedade do conhecimento.

Tanto Luz (2000);quanto o documento cearense (2005) ratificam a importância de uma gestão democrática participativa e o seu funcionamento, fala do relacionamento que a comunidade deve ter com sua dimensão pedagógica, a participação na elaboração de projetos é o eixo que interliga ou faz essa ponte, e o gestor responsável pelo espaço educacional, assume posturas profissionais decorrentes do seu compromisso profissional na dimensão

educacional. Essa postura envolve os aspectos referentes ao contexto da prática escolar, suas experiências pessoais, a influência das políticas públicas, do entorno onde a escola está inserida, do grupo de profissionais nas dimensões a partir da legalidade exigida.

2.1 BASES LEGAIS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHOS ESCOLARES

A discussão em torno da gestão em uma perspectiva democrática teve seu início na constituição de 1988 (Art. 206, inciso VI) Gestão democrática do ensino público. Com a lei e sua regulamentação junto com a LDB (lei nº 9.394/96) artigo 14 os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Novos paradigmas de gestão escolar, 2005, p.19).

A partir destes princípios foi percebido a importância de contar com a participação dos profissionais e a comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico e na constituição do projeto escolar que se tornam estratégias de uma gestão democrática.

No que se refere ao PPP destaca VEIGA 1995,13:

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Isso significa que não é apenas com boas intenções ou voluntarismo que se constrói um projeto dessa natureza, é preciso muito trabalho organizado com objetivos e uma direção orientada pela intencionalidade de sentido explícito, de compromisso com a escola, pois é essa convenção do PPP com os interesses reais e coletivos da escola que materializa seu caráter político e pedagógico, para que se torne possível a efetivação de práticas sociais emancipatórias, da formação de um sujeito social crítico, solidário, compromissado, criativo e participativo.

Como veremos a seguir a construção e a importância do Projeto Político Pedagógico em uma gestão democrática para uma escola integradora.

2.2 Projeto Político Pedagógico (PPP)

A construção de uma gestão democrática bem sucedida se inicia com a organização do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois é esse momento que toda a comunidade escolar se envolve e se reúne para elaborar o sistema educativo analisando e conhecendo o pensar e o fazer da escola, motivando ou transformando as práticas pedagógicas sempre segundo as normas e visando a melhoria e crescimento da escola.

Conforme é destacado em (Novos paradigmas de gestão escolar, 2005:16)

A elaboração e a execução de uma proposta pedagógica são a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal finalidade. Isso porque desta definição dependem muitas outras. A proposta pedagógica é, com efeito, o norte da escola, definindo caminhos e rumos que uma determinada comunidade busca para si e para aqueles que se agregam em seu torno.

O Projeto Político Pedagógico carrega consigo, em sua própria definição, a essência da cidadania, que é a participação, uma capacidade ou autonomia de criar sua própria analogia e relacionando essas três dimensões o Projeto, o Político e o Pedagógico, reunindo propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo, considerando a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir, e definindo e organizando as atividades, e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Mais uma vez recorremos a VEIGA (1995,15):

Para que a construção do Projeto Político Pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobiliza-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

De acordo com o exposto pode-se considerar que a partir dessa construção é quebrada a ótica de poder centralizadora que dita normas e exerce o controle na escola lutando pela descentralização entendendo a preocupação de observar a realidade dos sujeitos envolvidos e buscar as condições necessárias para o desenvolvimento das ações planejadas. A relevância de um projeto escolar consiste no planejamento participativo que evita improvisação pedagógica; perda de tempo e de dinheiro e, sobretudo evita o autoritarismo. E possibilita a construção de uma autonomia cidadã no espaço escolar.

Com planejamento, fica bem claro o que se pretende alcançar ,com quem, como e com que recursos. Um bom projeto político pedagógico dá segurança à escola, norteia ação de seus membros.

Nas palavras de (GATODII, 1994:579) Apud (VEIGA, 1995:12)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Para a elaboração coletiva desse documento educativo, é importante considerar: a experiência acumulada pelos profissionais da educação de cada escola, a cultura da comunidade e os currículos locais, a troca de experiências educacionais, uma bibliografia especializada, as normas e diretrizes do seu sistema de ensino e as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais.

Todos esses aspectos devem ser considerados visando sua coerência com o projeto de sociedade que se tenta construir. Um projeto de sociedade efetivamente comprometido com os interesses e as necessidades da grande maioria excluída do exercício de uma cidadania plena.

Nesse processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, compete ao Conselho Escolar debater e tornar claros os objetivos e os valores a ser coletivamente assumidos, definir prioridades, contribuir para a organização do currículo escolar e para a criação de um cotidiano de reuniões de estudo e reflexão contínuas, que inclua, principalmente, a avaliação do trabalho escolar por meio desse processo, combate-se a improvisação e as práticas cotidianas que se mostram incompatíveis com os objetivos e as prioridades definidos e coma qualidade social da educação que se pretende alcançar.

O Projeto Político Pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

Nesse sentido, o processo de construção do Projeto Político Pedagógico não é algo que se realiza com facilidade e rapidez. O incentivo do poder público e o compromisso dos gestores educacionais com esse processo são importantes, pois o desenvolvimento e o acompanhamento do projeto político-pedagógico exigem espaço e tempo para análise,

discussão e reelaboração permanentes, assim como um ambiente institucional favorável, que assegure condições objetivas para a sua concretização.

Como afirma VEIGA, 2011:11.

A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe deem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleça as relações entre escola e sistema de ensino.

Cabe exatamente aos Conselhos serem incentivadores da criação desse ambiente para assegurar as condições objetivamente necessárias, quais sejam: professores e funcionários qualificados, salários dignos, infraestrutura necessária para um bom desempenho da unidade escolar; bem como, a efetiva participação da comunidade.

2.3 Gestões Escolar e Sua Autonomia

Uma gestão democrática feliz e bem sucedida conta com uma autonomia que vem com recursos públicos para possibilitar, mas manejo a escola e isso compete à direção junto à comunidade que é quem faz e fiscaliza a eficácia democraticamente, não tirando o encargo da secretaria de educação que tem por dever fiscalizar e cobrar prestação de contas. Nesse momento que o MEC entra com sua incumbência, pois muitas das vezes a escola se depara com desafios que não podem resolver sozinha necessitando de um apoio superior.

Assim mostra OLIVEIRA: 2009 P.204:

Em termos comparativos, não se pode deixar de indicar (e discutir as consequências), de um lado, o caminho aberto e democrático da indicação de seus membros e, de outro, a transparência e perda de alguns dos atributos para o MEC.

O sistema estadual de ensino e o Ministério da educação (MEC) denominam que a autonomia da escola é uma das principais condições para democratização da gestão escolar. Consideramos que autonomia facilita existência de recursos públicos possibilita mais liberdade às escolas para colocarem prática os projetos e compete à comunidade escolar, junto com a direção, direcionar e tornar possível a eficácia escolar democraticamente.

Conforme Ferreira, (2001:17) Autonomia é faculdade de se governar por si mesmo;. Condição pela qual o homem pretende escolher as leis que regem sua conduta.

Freire (2000) propõe uma autonomia em que esteja fundamentada na ética, no respeito e dignidade, pois é um construto e ao mesmo tempo uma conquista que se dá em um plano coletivo ganhando um sentido sócio-pedagógico.

Mais é a própria escola junto à comunidade que orienta no sentido de que a autonomia de uma escola não é algo espontâneo e sim construído a partir de sua identidade e história. (Novos Paradigmas de Gestão Escolar, 2005, P.20)

“É essa autonomia que corresponde a sua própria existência, levando em conta todo o seu corpo docente, desempenho, recursos e gestão, pois é a autonomia que traz aos gestores todo o funcionamento pedagógico da instituição mostrando a realidade”. Entretanto, essa autonomia e democratização não significa eliminar a presença do estado e dos serviços públicos, pois é as verbas dos tais que dão mais autonomia a escola.

Como é citado por (Novos paradigmas de gestão escolar, 2005:16):

São tarefas específicas da escola a gestão de seu pessoal, assim como de seus recursos materiais e financeiros. Noutras palavras, cabe a ela gerir seu patrimônio imaterial- as pessoas, as ideias, cultura produzida em seu interior- e materiais prédios e instalações, equipamentos, em fim, tudo aquilo que se traduz na parte física de uma instituição escolar. Além dessas atribuições, e acima de qualquer outra dimensão, porém, está a incumbência de zelar pelo que constitui a própria razão de ser da escola e o ensino e a aprendizagem.

Como afirma VEIGA, 1995:99.

A autonomia da escola é, pois, um exercício de democratização de um espaço publica: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a responsabilidade de respostas ao cidadão(aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e ao aproximar escola e famílias é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática.

É a partir desses dispositivos que se situa a essência da proposta pedagógica trazendo outra dimensão de gestão escolar que é a relação com a comunidade integrando entre esta a comunidade e a sociedade ao mesmo tempo partindo de princípios que norteiam uma gestão democrática e participativa que veremos a seguir.

2.4 Os princípios orientadores da gestão democrática

Descentralização: Das decisões, das ações que devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada. (Dalila Andrade de Oliveira,2009:106). A partir dessa descentralização de poder que vem uma gestão participativa onde todos os envolvidos no cotidiano escolar devem contribuir para a melhoria da gestão, professores, alunos, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que **participam** de projetos na escola e toda comunidade do entorno da escola. Gerando uma **transparência** em qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola sendo de conhecimento de todos. Buscando um **compromisso** que se traduz em toda ação dos envolvidos no processo, focada e identificada com seus objetivos, valores, princípios e estratégias de desenvolvimento.

2.5 Eleição de Diretores

E uma gestão democrática não pode deixar de contar com a eleição dos diretores, pois é esse exercício que representa um importante e decisivo elemento do processo, sendo variáveis formas de acesso ao cargo de diretor: a indicação (técnica e política) a eleição direta pela comunidade, após cumprimento de provas seleção e seleção técnica. (Novos Paradigmas de Gestão Escolar, 2005:21)

São varias as maneiras de chegar a diretoria de uma escola, mais uma gestão democrática opta pelo processo transparente de seleção ou eleição sem a incumbência político-partidárias que ultrapassam as fronteiras escolares, esse processo democrático ainda não ocorre nas públicas do município de Paquetá-Pi.

Como cita (Decreto nº27.556/2004) Apud (Novos Paradigmas de Gestão Escolar, 2005:23)

Art. 10. O processo eleitoral restringir-se-á, única e exclusivamente, á comunidade escolar.

§ 1º É vedada a participação de quaisquer organizações partidárias, sindicais, associativas, religiosas, empresariais e de qualquer natureza externa á comunidade.

§ 2º É vedado ao candidato a utilização de publicidade procedente de recursos de órgãos da administração publica.

Art. 11. O não cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art

. 10 deste decreto, poderá acarretar a impugnação da candidatura respectiva, pela comissão regional.

A maneira de escolha da direção se destaca de modo positivo em uma gestão democrática , pois, ao envolver toda a comunidade escolar a estimulação leva a mesma a ter compromisso com a escola levando ambas a uma aproximação, abrindo à realidade que levou a escola a conquista de sua autonomia as melhorias de acesso e permanência dos alunos na escola e do acompanhamento pedagógico. Incluindo a formação do conselho escolar e sua relevância no qual teremos uma visão mais ampla do assunto no capítulo a seguir.

Capítulo 3

CONSELHO ESCOLAR

AMPARATO NECESSÁRIO PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O conselho escolar é um colegiado responsável pelo estabelecimento de objetivos e de direções que a escola tomará no futuro. Ele desempenha um papel importante em assegurar que toda a comunidade seja envolvida em todas as decisões importantes tomadas pela escola, Têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, gerando uma nova forma de gestão, onde as decisões são integradas e coletivas. (ALMEIDA, 1998).

Conforme BRASIL (2004:34)

Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. Se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade.

Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

3.1 Funções do Conselho Escolar

O conselho escolar averigua o que a escola precisa e quais são os assuntos mais importantes que a escola deve focalizar, assessora as necessidades financeiras da escola, orienta o diretor sobre assuntos, de todo tipo, desde o melhor meio de informar aos pais sobre o aproveitamento do aluno ou sobre o bem-estar dos estudantes na escola.

O Conselho não pode empregar funcionários e não tem o poder de admitir ou demitir professores ou outros funcionários do quadro do pessoal da escola, não é responsável pela

administração da escola ou pela escolha de programas de ensino e aprendizagem ensinados na escola, os programas de ensino e de aprendizagem estão sob a responsabilidade do diretor e dos professores, são responsabilidades que não competem ao conselho escolar mais ao setor administrativo da escola. “A ação dos conselhos tem se voltado mais para organizações festivas, eleições e manipulação de recursos.” (LUZ, 2000:108).

3.2 Formação do Conselho Escolar

O conselho escolar é constituído por professores, pais ou responsável legal, alunos, demais funcionários da unidade escolar e a direção da escola. Conforme (LUZ, 2000:100):

O conselho escolar é um órgão paritário e representativo dos segmentos internos e externos da escola, composto através de eleições onde os diferentes segmentos elegem representantes.

Sendo constituído por:

13 (treze) membros efetivos:

02 professores/ especialistas;

02 funcionários;

02 alunos com idade a partir de 12 (doze) anos;

05 pais;

01 comunitário (representante da comunidade) e o diretor da escola; onde os quais exceto o diretor, serão eleitos em assembleia geral realizada entre os membros da categoria representada para um mandato de 02 anos.

O Conselho Escolar garantirá a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais/responsável legal e alunos e 50% (cinquenta por cento) para professores e demais funcionários efetivos na escola;

A seleção dos integrantes desses Conselhos deve observar as diretrizes do sistema de ensino. As experiências indicam várias possibilidades para escolha dos membros dos Conselhos Escolares. Nesse sentido, seria importante definir alguns dos aspectos que envolvem esse processo: mandatos dos conselheiros, forma de escolha (eleições, por exemplo), existência de uma Comissão Eleitoral, convocação de assembleias-gerais para deliberações, existência de membros efetivos e suplentes.

Feita a escolha, deve-se agendar um prazo para a posse dos conselheiros. Se a opção do sistema for pela eleição como forma de escolha dos conselheiros, alguns cuidados devem ser observados, tais como: o voto deve ser único, não sendo possível votar mais de uma vez na mesma unidade escolar; garantir a proporcionalidade dos segmentos; assegurar a

transparência do processo eleitoral; realizar debates e apresentar planos de trabalho, entre outros.

3.3 Escolha dos Membros do Conselho Escolar

A única qualificação necessária para pertencer ao Conselho Escolar é o desejo de ajudar a escola estando em ligação com a unidade envolvendo-se nas atividades se tornando apto aos critérios de representação do conselho escolar.

Segundo (BRASIL, 2004:)

A escolha dos membros dos conselhos Escolares deve-se pautar pela possibilidade de efetiva participação: o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso; é saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar as suas propostas, pois os Conselhos Escolares são, acima de tudo, um espaço de participação e, portanto, de exercício de liberdade.

Como membro do conselho escolar está protegido, contra qualquer responsabilidade resultante de vossas tarefas desempenhadas junto ao conselho escolar, estando isento de qualquer responsabilidade legal, cada conselho escolar funciona de forma diferente, mas normalmente eles se reúnem cerca de oito vezes por ano. Suas reuniões são feitas em ocasiões convenientes para os membros. (LUZ, 2000:96).

3.4 Funcionamento do Conselho Escolar

A participação no conselho é um bom meio para expressar a vossa opinião sobre assuntos importantes da escola, se representa um grupo de pessoas, tais como os pais ou alunos, terá a oportunidade de expressar o ponto de vista destas pessoas quando as decisões são tomadas.

O conselheiro também terá oportunidades regulares de dar conselhos sobre assuntos que afetem a escola. Aprenderá muito sobre a escola como membro do conselho ajudará a fazer da escola um lugar ainda melhor. Sendo um dos pais de uma criança na escola, os vossos próprios filhos serão beneficiados, Estará mostrando a eles que se interessa pela sua educação e que deseja trabalhar para a escola deles.

Um órgão que assume uma importante função na escola, pois é o mesmo que Garante o espaço para que todos os segmentos da comunidade escolar possam expressar suas ideias e necessidades, contribuindo para as discussões dos problemas e a busca de soluções, possibilitando uma maior e melhor capacidade de fiscalização, apoio e controle da sociedade

civil sobre a execução da política educacional, permitindo uma maior transparência das decisões tomadas e fortalecimento da escola e compartilhamento de responsabilidades.

Conforme (LUZ, 2000:103)

O conselho assume funções: Consultivas que vai aconselhar e emitir opiniões sobre determinado assunto ou problema relacionado à escola, assessorar e encaminhar questões dos diversos segmentos.

Deliberativa que vai examinar uma situação concreta com vista a uma decisão; dar parecer sobre determinados assuntos e a ele submetido; elaborar normas internas da escola sobre questões referentes ao funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

Fiscalizadora que é quem vai acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras.

Mobilizadora esta função promove, estimula e articula a participação integrada dos segmentos representativos da escola e da comunidade local, em diversas atividades, contribuindo para a efetivação da democracia e para a melhoria da qualidade social da educação.

Executora parte que faz o recebimento e movimentação dos recursos públicos financeiros destinados ao estabelecimento de ensino.

O Conselho Escolar vai muito além das questões financeiras, vale reforçar sua natureza enquanto um órgão responsável por decidir os encaminhamentos da dimensão pedagógica e administrativa da escola.

Administrar a escola exige permanente acompanhamento, utilização de procedimentos e recursos adequados para a realização do homem, em todas as suas dimensões: afetiva, corporal, psíquica e intelectual. LIMA, (2010:58)

3.5 Reuniões Passo Indispensável

Os Conselhos Escolares devem se reunir com periodicidade: sugerem-se reuniões mensais, com uma pauta previamente distribuída aos conselheiros, para que possam, junto a cada segmento escolar e representante da comunidade local, informá-los do que será discutido e definir em conjunto o que será levado à reunião. Os conselheiros devem convocar novamente os segmentos que representam para informar a respeito das decisões tomadas.

Como cita BRASIL (2004:50):

Os conselheiros devem convocar novamente os segmentos que representam para informar a respeito das decisões tomadas. Além dessas reuniões, recomendam-se também assembleias-gerais, que contam com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Essas assembleias são soberanas nas suas decisões, ou seja, qualquer deliberação em contrário só terá validade se novamente apresentada e referendada por outra assembleia-geral. As assembleias-gerais podem ser convocadas, entre outros, para o esclarecimento do papel dos Conselhos Escolares (e

eleição dos seus membros, se for o caso); para divulgar as propostas de trabalho das escolas e para fazer um balanço das atividades realizadas. Tanto as assembleias quanto as reuniões do Conselho Escolar devem ser realizadas com a presença da maioria dos representantes, sendo todas as discussões, votações e decisões registradas em atas, que serão lidas, aprovadas e assinadas e colocadas à disposição da comunidade escolar.

É grande a importância dos Conselhos Escolares para a busca de transformações no cotidiano escolar, transformações essas orientadas pelo desejo de construção de uma sociedade igualitária e justa. Suas atividades são muitas e variadas, devendo sempre ser referenciadas, no imediato, pelas demandas da comunidade e pela realidade de cada escola, que deve primar pelo exercício da sua própria autonomia.

3.6 A Relevância política social do conselho Escolar

A criação do Conselho Escolar traz para dentro das Escolas Públicas a probabilidade de democratizar as composições do poder escolar, permitindo a seus atuantes a formulação de políticas de interesses locais, situando um processo de diálogo com a comunidade escolar, fazendo valer os direitos constitucionais de sua comunidade. A democracia, a liberdade, e a autonomia plena são um processo de conquista conjunta, coletiva da sociedade que se organiza e se insere como sujeito da história.

Este deve fomentar a participação de pais para a formulação e gestão, pedagógica e financeira da escola pública. Esse processo proporciona uma maior democratização do poder escolar permitindo a participação e tomada de decisão por toda a comunidade. Dessa forma, diretores, professores, pais de alunos, merendeiras etc., enfim, toda a comunidade escolar tem direito a voz e voto nos conselhos de escola. (LIMA, 2010).

CAPITULO 4

4.1 Metodologia

A realização desta pesquisa foi iniciada com um pré-projeto de pesquisa no ano de 2009, com base em referências bibliográficas, seguindo com a pesquisa de campo junto aos sujeitos envolvidos.

Nas palavras de SEVERINO (2007:123)

A pesquisa de campo constitui-se como observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorre na realidade não havendo intervenções do pesquisador. Por meio dela, realiza-se uma coleta de dados acerca do tema e objeto estudado para, em seguida, fazer uma análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica, realizada a princípio.

A coleta de dados foi feita junto aos membros da comunidade escolar que compõem o Conselho. Todo processo metodológico seguiu uma abordagem qualitativa, “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações social devido á pluralização das esferas de vida”. (FLICK, 2009:20). Buscando uma melhor aproximação das subjetividades presentes na Unidade Escolar Manoel Gonçalves Guimarães, situada no povoado Tiradentes município de Paquetá do Piauí.

Nosso campo de pesquisa

A unidade escolar Manoel Gonçalves Guimarães composta por um quadro de onze (11) professores, um (01) diretor, uma (01) secretária uma (01) coordenadora, três (03) vigias, duas (02) merendeiras, três zeladoras (03). Esse quadro de funcionários consta com cinco efetivos e os demais contratados.

A estrutura física da escola é de quatro (04) salas de aula, uma (01) cantina, um (01) refeitório, uma (01) sala de professores, uma (01) diretoria e três (03) banheiros sendo dois destinados para os alunos e um para funcionários.

Essa pesquisa foi destinada a todos que fazem parte da comunidade escolar professores, diretor, funcionários, pais e alunos, sendo todo foco da pesquisa nos qual usaremos codinomes para não ocasionar nenhum tipo de constrangimento, tendo como

objetivo compreender o processo de funcionamento do conselho escolar nessa determinada escola.

A aplicação de questionários com questões semipadronizada; sendo todas as perguntas abertas; com quatro (04) perguntas direcionadas aos conselheiros e três (03) para comunidade, incluindo também dados pessoais e profissionais de cada um. As perguntas vinham todas iniciadas por uma questão aberta e terminada por uma questão confrontativa, tendo como propósito de tornar explícito o conhecimento implícito, não verbalizado pelos sujeitos da pesquisa.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128)

Pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O mesmo autor (p. 128/129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais convenientes;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

O questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interação direta entre estes e os inquiridos.

ANALISE DE DADOS: A VOZ DOS CONSELHEIROS E DA COMUNIDADE

Análise das questões colhidas na U.E Manoel Gonçalves Guimarães localizada no povoado Tiradentes em Paquetá do Piauí, por meio de questionários que estrutura-se com questões abertas, seguidas por questões confrontava. Estes foram aplicados aos conselheiros e a comunidade, com perguntas referidas ao próprio Conselho Escolar local e a sua relevância política social. Na busca de zelar pela integridade dos entrevistados, deixaremos seus nomes no anonimato, atribuindo codinomes a cada sujeito da pesquisa.

4.2 Conselheiros

Apresentando primeiro os conselheiros da U.E Manoel Gonçalves Guimarães que é constituído por oito (08) conselheiros tendo por codinome:

Teresa de Jesus, Maria do Riso, Leopoldina.

Mafalda, Adália, Alice, Berenice.

Dados referentes a cada um inseridos na tabela a seguir: como codinome, idade, profissão e formação escolar.

1 TABELA DE DADOS DOS CONSELHEIROS

CODINOME	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO E TEMPO	FORMAÇÃO ESCOLAR
Teresa de Jesus	26	Casada	Dona de casa a 12 anos	Nível médio
Maria do Riso	33	Solteira	Professora 6 anos	Nível superior
Leopoldina	40	Solteira	Professora a 13 anos	Nível superior
Mafalda	45	Casada	Lavadora	Não alfabetizada
Adália	47	Casada	Merendeira a 23 anos	Fund. incompleto
Alice	28	Casada	Lavadora a 20 anos	Nível médio
Berenice	27	Casada	Lavadora a 20 anos	Nível fundamental

Dando continuidade a análise dos dados colhidos, iremos a uma segunda tabela com as respostas adquiridas dos conselheiros.

Nessa tabela de perguntas esta direcionada aos conselheiros indagando sobre o cargo ocupado dentro do conselho e buscando identificar a compreensão deles sobre o desempenho dessa responsabilidade se essa gestão teria oferecido alguma melhoria ou beneficio para a escola e qual seria sua informação contida sobre o conselho escolar.

2 TABELA DE PERGUNTAS E RESPOSTAS AOS CONSELHEIROS:

CODINOME	QUAL SEU CARGO NO CONSELHO ESCOLAR DA U.E MANOEL GONÇALVES GUIMARÃES? E O QUE ESSE CARGO DESEMPENHA?	EM SUA OPINIÃO OQUE É ESSENCIAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR?	QUAIS BENEFICIOS OU MELHORIAS A ATUAL GESTÃO TROUXE PARA A ESCOLA MANOEL GONÇALVES GUIMARÃES?	QUAL LEI REGULAMENTA O CONSELHO ESCOLAR? VOCE CONHECE A LEI QUE REGULAMENTAM A EXISTENCIA DO CONSELHO?
Teresa de Jesus	Fiscal, fiscalizar se as coisas estão em dias.	Colocar portas com mais segurança.	Um congelador e uma prateleira.	Não conheço.
Maria do Riso.	2º secretária, não sei.	Não entendo, nada sobre o conselho.	Melhorou a merenda.	Não conheço.
Leopoldina	Tesoureira, ajuda o presidente a desenvolver e organizar.	Parceria e organização entre os membros do conselho.	Materiais escolares e material para a cozinha.	Não conheço as leis do conselho.
Mafalda	Fiscal, fiscaliza a merenda escolar e a obra.	Que o ambiente escolar permaneça higienizado. E que a validade da merenda esteja em dias.	A reforma da cantina e o desempenho das crianças.	Não.
Adália	Fiscal, fiscalizar aplicação dos recursos.	Todos os membros terem consciência e conhecimentos das necessidades da escola em que esse conselho pertence.	A ampliação do mesmo.	?
Alice	Presidente, desempenha a função de convocar e presidir as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e reuniões da diretoria,	Planejamento e direcionamento correto dos recursos.	Construção de novos banheiros e ampliação dos já existentes; Construção de uma área coberta para recreação e laser; construção	O código civil brasileiro e a lei de registros públicos. (lei nº 6.015/73).

	representar a entidade em juízo e fora dele, administrar, justamente com o tesoureiro em consonância com o estatuto, os recursos financeiros da entidade dentre outros.		de uma nova cantina; construção de uma sala para os professores.	
Berenice	1º secretaria, não sei.	Organização e desempenho dos que estão á frente do conselho.	Para mim foram poucas mínimas que não dá nem pra falar.	Não.

Logo em seguida a terceira tabela apresenta dados com as informações da comunidade onde também daremos codinomes zelando pela a integridade dos entrevistados para não gerar desconforto ou outro qualquer tipo de constrangimento aos mesmos, onde foram entrevistadas oito (08) pessoas que fazem parte da comunidade escolares sendo sete (07) mulheres e um (01) homem.

4.3 Comunidade

Codinomes referentes à Comunidade:

Bonifácio, Raquel, Claudia.

Zuleica, Maria José.

Sandra, Quitéria, Violeta.

3 TABELA DE DADOS DA COMUNIDADE

CODINOME	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO E TEMPO	FORMAÇÃO ESCOLAR
Bonifácio	56 anos	Casado	Lavrador há 50 anos	Fund. Incompleto
Raquel	39 anos	Solteira	Lavradora há 30 anos	Nível superior.
Claudia	26 anos	Casada	Lavradora há 20 anos	Fund. Incompleto.
Zuleica	47 anos	Casada	Lavradora há 40 anos	Não alfabetizado.
Maria José	27 anos	Divorciada	Lavradora há 26 anos.	Nível médio.

Quitéria	30 anos	Solteira	Domestica há 24 anos.	Nível médio.
Violeta	37 anos	Solteira	Lavradora há 31 anos.	Fund. Incompleto.
Sandra	28 anos	Casada.	Lavradora há 20 anos	Fund. Incompleto.

Da mesma forma em uma quarta tabela exibirá as respostas colhidas na entrevista à comunidade.

4 TABELA DE PERGUNTAS E RESPOSTA DA COMUNIDADE:

CODINOME	VOCÊ SABE O QUE É CONSELHO ESCOLAR? COMO FUNCIONA?	QUAL IMPORTANCIA DO CONSELHONA U.E MANOEL GONÇALVES GUIMARÃES?	QUAL A CONSTANCIA DAS REUNIOES DO CONSELHO ESCOLAR DA U.E MANOEL GONÇALVES GUIMARÃES?
Raquel	Sim, é a integração de pais alunos e professores através da junção dos integrantes do conselho.	É importante para estabelecer a união entre os membros da escola e organizar a escola.	Nunca participei das reuniões por não ter sido comunicada.
Claudia	Não.	Não sei.	Nunca participei.
Zuleica	Não.	Não conheço o conselho devido isso não sei a sua importância.	Nunca participei de nenhuma reunião.
Maria José	Não sei.	Ele ajuda a reeducar os professores e alunos.	Não tem.
Quitaria	Não conheço.	Não conheço.	Nunca soube de nenhuma reunião.
Violeta	Não conheço.	Nunca soube.	Nunca participei.
Sandra	Não sei.	Não sei.	Não tem.
Bonifácio	Não sei nada sobre conselho.	Não conheço.	Não.

Levando em consideração as respostas acima contidas na 2 tabela algumas das respostas se igualam podendo fazer essa menção dessas questões onde as opiniões se cruzam. Na primeira questão da pesquisa que diz assim: Qual seu cargo no conselho da escola Manoel Gonçalves Guimarães? O que esse cargo desempenha? Duas pessoas das entrevistadas onde sendo a 1º e 2º secretaria tem resposta idênticas usando em suas falas a seguinte resposta “não sei o que o meu cargo desempenha” (Maria do riso, Berenice) as demais questões dispõem de respostas diferentes .

O questionário aqui trabalhado abordou o conselho escolar como fenômeno do envolvimento de uma determinada comunidade escolar buscando essas pessoas envolvidas e que papéis desempenham se há uma interação entre os ambos. A pesquisa realizada nos mostra claramente um impasse devido à desinformação e desconhecimento da lei entre os critérios de suma importância que um integrante como conselheiro precisa obrigatoriamente conhecer onde ficou bem claro o desconhecimento dos conselheiros juntamente com a comunidade.

Observa-se o não cumprimento das normas exigidas pelo conselho como a eleição para a formação do mesmo, reuniões, prestação de contas, essa gestão é formada por pessoas meramente desinformadas que não tem a noção de democracia participativa em que todos os cidadãos, como sujeitos históricos conscientes, lutam pelos seus direitos legais, tentam ampliar esses direitos, acompanham e controlam socialmente a execução desses direitos, sem deixar de cumprir, em contrapartida, os deveres constitucionais de todo cidadão.

Sempre priorizando a função social da escola pública que formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo.

Consideramos que a criança já tem que se desenvolver nesse meio com pessoas devidamente preparadas que sejam aptas a exercer o cargo e não só pra cumprir tabela ou só colocar o nome ali no papel e deixar pra lá, é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos estudantes, que já trazem consigo o saber popular, o saber da comunidade em que vivem e atuam.

Só assim a escola pública poderá, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com

os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria.

Nesse sentido, a forma de escolha dos dirigentes, a organização dos Conselhos Escolares e de toda a comunidade escolar para participar e fazer valer os seus direitos e deveres, democraticamente discutidos e definidos, é um exercício de democracia participativa. Assim a escola pública contribuirá efetivamente para afirmar os interesses coletivos e construir um Brasil como um país de todos, com igualdade, humanidade e justiça social.

A construção de uma escola pública democrática, plural e com qualidade social demanda a consolidação e o inter-relacionamento dos diferentes órgãos colegiados. E o Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.

Sendo assim o conselho escolar ocupa um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade por toda comunidade.

Se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista das informações apresentadas pode-se considerar que a gestão escolar é uma peça fundamental do processo de transformação educativa do envolvimento da escola com a comunidade, assumindo a função de garantir que todos os seguimentos da comunidade escolar possam expressar suas ideias e contribuir nas soluções de problemas.

E a realidade encontrada na pesquisa foi o antagônico da teoria como foram expostos nos relatos adquiridos na pesquisa, os indivíduos que formam o conselho escolar da Unidade Escolar Manoel Gonçalves Guimarães, são pessoas na maioria desinformadas que não conhecem a importância nem como deve funcionar uma gestão democrática, sendo que em alguns dos relatos nem o próprio cargo que ocupava no conselho conhecia e nem o que esse cargo desempenhava.

Com a comunidade não foi diferente, pois também desconheciam importantes informações sobre o conselho escolar nunca participaram de nenhuma reunião não tendo nenhum tipo envolvimento com os trabalhos da escola.

Essa verificação nos fez perceber que uma real gestão democrática consubstanciada no trabalho autônomo de um Conselho Escolar ainda não é uma realidade vivenciada na Escola Manoel Gonçalves Guimarães.

A referente análise foi de grande contribuição para o devido conhecimento da atuação do profissional na educação, possibilitando uma maior compreensão sobre qual é o papel do educador na atual sociedade e de todos os envolvidos desde o professor aos pais. Tendo os objetivos iniciais alcançados que foi desvelar se a contribuição do conselho junto a comunidade era existente na instituição pesquisada.

A metodologia escolhida facilitou uma abordagem qualitativa, com esta nos aproximamos da realidade existente na escola, as dificuldades encontradas foram muitas a começar pelo nível de escolaridade encontrado desde os conselheiros a comunidade e a falta de informação, pois os entrevistados não conheciam nada a respeito da importância do conselho, pessoas que não sabiam nem o cargo que ocupavam desconhecendo o trabalho do conselho na escola.

Em virtude do que foi mencionado, é possível afirmar que para construir um modelo de gestão democrática é preciso enfrentar desafios, pois, percebe-se que até hoje o processo para implantar a democratização no interior da escola ainda encontra muitos obstáculos,

afinal, não é possível pensar em democracia sem que os sujeitos tornem-se conscientes para exercício cidadã.

Em linhas gerais, a gestão democrática ressalta a necessidade que os sistemas de ensino adotem uma política de formação continuada de gestores e estabelecer uma forma direta aos seus programas e cursos, sendo necessário estabelecer política de formação com política de gestão.

Assim sendo, a gestão democrática, é um instrumento de grande importância para as escolas, no sentido de fortalecer a autonomia e promover uma maior participação popular na discussão e tomada de decisão que afetarão não somente a comunidade escolar, como a própria sociedade onde a escola está inserida e da qual faz parte.

Dessa forma, é necessário construir, ainda que lentamente uma parceria que garanta o envolvimento com toda a comunidade escolar, assegurando-lhes o direito de voz ativa no decorrer do processo educacional. Já que temos conhecimento que uma gestão democrática tem por eixo norteador do seu trabalho os reflexos dos anseios, sugestões e críticas da comunidade assistida. Visando assim uma práxis pedagógica pautada na parceria escola-comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. B.B. de. **Gestão de tecnologias na escola**: possibilidades de uma prática democrática. IN: Salto para o futuro. Serie integração de tecnologias, representações. Rio de Janeiro: TV escola, SEED-MEC, 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.com.br/salto/boletins2005/itlr/tetxt2.htm> acesso: 22 de setembro de 2011.

ALMEIDA, Z. M. R. de . **Conselho Escolar (Des) construindo espaços**. Gestão em rede. Brasília, DF: Ed. Consed, nº19, maio. 1998.

BRASIL.(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996). **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996-Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BRASIL, Ministério da educação secretária de educação básica, **Conselhos Escolares**: Democratização da escola e construção da cidadania Brasília, 2004.

CEARÁ, **Novos Paradigmas de Gestão Escolar**/Secretaria da Educação Básica do Ceará.- Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

FEREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; **Novo Aurélio Século XXI**: O dicionário da língua portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.2.128p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA ,Izabel Cristina Alvares Rabelo de Lima. Recife, 2010. **A Escola e a Importância do Conselho Escolar**/Izabel Cristina Alvares Rabelo de Lima. Recife, 2010

LUCK, Heloisa. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Disponível em. [http://www.sme.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-jornada pedagogica/gestao-escolar/dimensao-participativa-dagestao-escolar.pdf](http://www.sme.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-jornada-pedagogica/gestao-escolar/dimensao-participativa-dagestao-escolar.pdf). Acesso em 19 de maio de 2011.

LUCK, Heloisa. **Perspectiva da Gestão Escolar e Implantação quanto á Formação de seus Gestores**. Em aberto, Brasília, v. 17, nº 72, P.11-33 Fev/Jun.2000

LUZ, Liliene Xavier. **Conselhos Escolares**: Cidadania, Participação e Gestão democrática na educação? Liliene Xavier Luz.- Teresina: EDUFPI, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democracia da educação**: desafios contemporâneos/ (org) 9. Ed.- Petrópolis, RJ: vozes, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA; Ilma Passos . **Projeto Politico Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus,1995.